

Educação

Repetência para quê?

6 de outubro de 1976

Lisandre M. Castello Branco

JORNAL DA TARDE

Ninguém discorda que a educação é a base sobre a qual se assenta a possibilidade de desenvolvimento. Entretanto, as lutas para a efetiva instituição de uma escolaridade fundamental nesse país têm demonstrado o quanto a passagem da teoria ou retórica à prática pode ser perversa.

O fenômeno conhecido como "fracasso escolar", freqüentemente traduzido em índices de repetência e evasão escolar, embora tenha produzido um grande número de pesquisas, na prática tem-se configurado como uma verdadeira "caça às bruxas". Ora as próprias crianças são consideradas "culpadas" por ser subnutridas e portadoras de uma discutível deficiência mental em decorrência. Ora são consideradas carentes ou marginais culturais e, mais recentemente, têm "problemas na escola".

Posteriormente, passou-se a ver na "nova família" — organizações familiares diferentes da tradicional: pai, mãe e seus filhos — as origens das dificuldades apresentadas pelas crianças no processo de escolarização.

Nem os professores foram poupadados e, freqüentemente, em virtude da sua má-formação são

responsabilizados pelas deficiências do ensino.

Finalmente, a escola tem sido considerada incompetente e inadequada para atender à sua clientela.

Contudo, debalde o esforço empenhado na busca de solução do problema do fracasso escolar, o que se observa é o seu agravamento.

Se, até há alguns anos, o fracasso escolar era um fenômeno restrito apenas às camadas mais baixas da população e à clientela da esco-

para atendimentos clínicos.

Se, enquanto educadora procurava intervir nas escolas para que os chamados "problemas de aprendizagem" fossem atendidos em sala de aula mediante recursos pedagógicos adequados, agora, trabalhando em consultório, tenho tido oportunidade de verificar e, infelizmente, confirmar que há uma razoável quantidade de equívocos que precisam ser esclarecidos.

O caso mais comum é o da recomendação feita pela própria

O FRACASSO ESCOLAR, ANTES UM FENÔMENO RESTRITO À CLIENTELA DA ESCOLA PÚBLICA, HOJE PODE SER OBSERVADO EM QUALQUER ESCOLA

la pública, hoje pode ser observado em qualquer escola. Trabalhase normalmente, como se nada houvesse de estranho, com taxas de repetência na faixa de 20% a 30% em classe de 1º grau. Profissionais de educação recorrem cada vez mais às diferentes expressões do "corpo docente oculto" — desde "lições de casa e pesquisas", que são impossíveis de ser realizadas pelo próprio aluno sem ajuda, até aos encaminhamentos

escola para que a criança refaça (eufemismo perverso!) a série em curso sob alegação de que terá dificuldades intransponíveis na série subsequente. Na maioria dos casos, os pais se submetem humildemente à palavra da "autoridade" representada pelo professor e, freqüentemente, até agridem ao "bom conselho".

Se qualquer "profecia" no que diz respeito ao ser humano é, no mínimo, uma temeridade,

esta, em particular, pode ser considerada uma ousadia desmedida, porque não pode ser justificada nem pedagógica nem psicologicamente. Entretanto, a naturalidade com que é aplicada e aceita tem feito com que sua manifestação alcance hoje também a pré-escola.

A perspectiva de mudanças interessantes no quadro geral da educação fundamental não passa por planos educacionais mirabolantes nem tampouco por dotações de verbas faraônicas (as disponíveis, se bem "aplicadas", seriam suficientes).

Hoje, raramente se encontra um trabalhador, simples que seja, que desconheça seus direitos trabalhistas. Mas é igualmente excepcional encontrar-se pais, até mesmo universitários, que saibam seus mais elementares direitos para proteger a escolarização de seus filhos. Essa situação favorece o abuso do poder e só pode ser revertida mediante esforços da clientela da escola na conquista de informações necessárias para estabelecer diálogos mais democráticos.

Lisandre M. Castello Branco é professora de Educação da USP e psicoterapeuta